

Paulo Câmara coloca secretários para trabalhar em linha direta com prefeitos de cidades em situação de emergência

Governador designou seus auxiliares diretos para somar esforços com os gestores municipais visando o restabelecimento dos serviços básicos e a assistência à população

O governador Paulo Câmara anunciou, em reunião promovida pela Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), na tarde desta terça-feira (31.05), que designou secretários estaduais para trabalhar em linha direta com os prefeitos das cidades atingidas pelas chuvas, que decretaram situação de emergência. O objetivo é acelerar o restabelecimento dos serviços básicos e a circulação nos locais afetados pelos temporais, além de prestar assistência à população.

A decisão foi tomada mais cedo, durante reunião com os secretários e representantes dos demais órgãos envolvidos na operação de assistência e recuperação dos impactos das chuvas. O governador reforçou que os trabalhos devem focar no restabelecimento dos serviços essenciais, como abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, desobstrução de vias e assistência social.

“Esse é um passo adiante do que vem sendo feito até agora. Estamos próximos de concluir a busca pelos desaparecidos e temos uma tarefa muito importante pela frente, de dar assistência às pessoas desabrigadas e cuidar do restabelecimento dos serviços e dos acessos viários. Será um trabalho que vai



levar semanas, e os secretários vão atuar de maneira integrada com os prefeitos nessa tarefa”, afirmou Paulo Câmara.

Durante a reunião da Amupe, realizada por videoconferência, o governador também ouviu as necessidades urgentes dos prefeitos e assegurou que mesmo os municípios que não decretaram situação de emergência vão contar com o apoio do Estado.

A lista de municípios e secretarias que irão trabalhar de maneira conjunta ficou definida da seguinte forma:

Abreu e Lima, Araçoiaba e Igarassu – Desenvolvimento Social
Glória do Goitá, Nazaré da Mata, Lagoa do Carro e Paudalho - Controladoria Geral
Aliança, Macaparana, São Vicente Ferrer, Timbaúba e Vicência - Desenvolvimento Agrário
Cabo de Santo Agostinho - Desenvolvimento Urbano e Habitação
Camaragibe, Moreno e São Lourenço da Mata – Educação
Recife - Infraestrutura e Recursos Hídricos
São José da Coroa Grande e Rio Formoso - Meio Ambiente e Sustentabilidade
Bom Jardim, Limoeiro e Passira - Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional
Jaboatão dos Guararapes - Justiça e Direitos Humanos
Paulista - Prevenção à Violência e às Drogas
Goiana e Olinda – Cehab

Planos de saúde não podem aplicar reajustes em mensalidades de idosos

Estatuto veda aumento nos preços em contratos individuais ou familiares

A busca por planos de saúde foram destaque no início de 2022, segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (Iess). Em fevereiro deste ano foram contabilizados 49 milhões de beneficiários em contratos médico-hospitalares, um crescimento de 3,1% no período de 12 meses. Parte desse público é composto por pessoas com mais de 60 anos, parcela que aumenta gradativamente graças à migração de idade de antigos pacientes. O que poucos sabem, porém, é que não é permitido haver discriminação nos valores de acordo com a faixa etária.

A advogada, especialista em direitos humanos e professora do curso de Direito da Faculdade Pitágoras, Dra. Danielle de Araújo, explica que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) impede a aplicação de reajustes na mensalidade de acordo com a progressão etária para o grupo da terceira idade. “As pessoas idosas precisam ir mais vezes ao médico e realizar consultas. O próprio estatuto precisa assegurar o direito à saúde e por isso é obrigado alterar os preços dos planos de saúde”, comenta a jurista.

A docente explica que paciente idoso representa mais custos a clínicas e hospitais, o que provoca o encarecimento de produtos oferecidos por empresas que vendem planos de saúde. “Sabemos que na terceira idade há necessidade de maior cuidado com a saúde. Com isso, os idosos



frequentam mais clínicas, emergências hospitalares, fisioterapia e serviços médicos de forma geral. Para amenizar estes custos, os planos aumentam os valores para idosos, mas é importante respeitar o que está estabelecido em lei, pois os idosos já pagam mais caro aos planos de saúde do que pessoas mais novas”, afirma.

O Estatuto considera como idoso todos os que têm mais de 60 anos e proíbe práticas discriminatórias na cobrança de valores por esse grupo, além de dispor de diretrizes para assegurar o acesso a serviços do âmbito hospitalar. Os contratos devem prever a cobertura de procedimentos, exames laboratoriais e consultas médicas. De acordo com a Lei “é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade”, afirma a jurista, que explica as consequências desta ação.

“Se a fórmula de reajuste for diferenciada para idosos, isso significa que será permitido aumento ainda maior para as pessoas de mais idade. Este público já passa por dificuldade ao contratar ou desistir do plano de saúde. Logo, a intenção é ampliar a proteção e não os desproteger”.

EXCEÇÕES

Por autorização do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), há situações em que o reajuste de preços para planos de saúde coletivos pode ser realizado de acordo com a faixa etária, desde que respeitados três critérios: a alteração deve estar prevista em contrato, seguir as determinações de órgãos governamentais reguladores e não deve conter cálculos aleatórios ou percentuais considerados injustos. Os reajustes anuais já estão previstos; o Estatuto do Idoso proíbe valores diferenciados em razão da idade.

Os planos coletivos (coletivo empresarial ou coletivo por adesão) são os contratados por associações, sindicatos, conselhos ou empresas para proporcionar assistência médica e odontológica a grupos vinculados a organizações. “Nos casos de planos individuais ou familiares o aumento da parcela é proibido se considerarmos apenas a idade do beneficiário. Essa prática é passível de ação judicial”, finaliza a advogada.

NETUNO ALIMENTOS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 00.580.504/0001-28- AVISO: Convocamos Senhores acionistas da NETUNO ALIMENTOS S/A-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, a se reunirem em AGE, a se realizar, em 1ª convocação, dia 10/06/2022, às 10:00 horas, na sede da CIA, à Rua Padre Carapuço, 752, sala 403 BoaViagem Recife/PE, CEP: 51020-280 a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: a) eleição dos membros do Conselho de Administração; b) Fixação da remuneração dos administradores. Achem-se à disposição dos Acionistas, no endereço acima, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001. Recife/PE, 30/05/2022. Sérgio Colaferri Filho - Diretor Presidente.

Presidente da República, Jair Bolsonaro, recebe medalhistas das Surdolimpíadas

Brasil subiu seis vezes ao pódio no evento realizado em Caxias do Sul (RS), o maior número já registrado pelo país na história da competição internacional

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e o ministro da Cidadania, Ronaldo Bento, receberam na segunda-feira (30/05) atletas brasileiros que conquistaram medalhas nas Surdolimpíadas. O evento, realizado em Caxias do Sul (RS) entre os dias 1 e 15 de maio, reuniu mais de cinco mil atletas, de 77 países, e o Brasil registrou o maior número de conquistas de sua história. Foram seis medalhas, todas de bronze.

Essa foi a sétima participação do Brasil no evento destinado a atletas surdos. As duas medalhas no judô (com Rômulo Crispim e Alexandre Fernandes), as duas na natação (ambas com Guilherme Maia), e as conquistas no futebol e no handebol feminino fizeram com que o país superasse em termos quantitativos a campanha de Samsun, na Turquia, em 2017. Naquele ano, foram cinco medalhas, sendo um ouro de Guilherme Maia (200m livre) e quatro bronzes.

Na atual gestão, o Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, criou a Secretaria Nacional do Paradesporto e investiu mais de R\$ 1,2 milhão via Secretaria Especial do Esporte na realização das Surdolimpíadas Nacionais de 2021, em São José dos Campos, que serviram de seletiva para o evento em Caxias. "A gente começa a dar esperança para uma nova comunidade, como fazemos com todos, olímpicos e paralímpicos. É importante cada vez mais entrelaçar e unir essa gama esportiva do país", destacou o secretário especial do Esporte, Marcelo Magalhães.

Em outra frente de parceria, o Governo Federal atuou nas Surdolimpíadas com o Jogo Limpo. A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) indicou oficiais de controle de dopagem capacitados para trabalhar no megaevento. Além disso, disponibilizou 250 kits para testes antidopagem e forneceu insumos para a realização das coletas de amostra.

O evento

Na 24ª edição das Surdolimpíadas de Verão (Summer Deaflympics), houve disputas em 20 modalidades. O Brasil terminou a competição como 44º no quadro geral de medalhas. Foi a maior delegação da história do país, com 237 integrantes, sendo 199 atletas (110 homens e 89 mulheres) e representação em 17 modalidades no masculino e 14 no feminino.

Agora, o Brasil soma 16 medalhas conquistadas na história, com um ouro, uma prata e 14 bronzes. Foi a primeira vez que um país latino-americano recebeu o evento.

Maior nome do país em Surdolimpíadas, com sete medalhas, sendo um ouro, uma prata e cinco bronzes, Guilherme Maia lembrou a emoção de, desta vez, subir ao pódio em solo brasileiro. "É totalmente diferente. Foram as melhores medalhas da minha vida, não dá para comparar", contou o nadador. "Eu sentia a vibração da torcida, meu coração foi a mil. Eu senti a visibilidade dos surdos no meu país. Foi a melhor edição da minha vida", resumiu o dono recorde mundial dos 200m livre.

Também estiveram presentes no encontro o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Mizael Conrado, o ex-presidente da CBDS, Mário Júlio de Mattos Pimentel, acompanhado pela esposa Marta Casalecchi, e os atletas Alexandre Fernandes, Rômulo Crispim (judô), Fernanda Caporal (handebol) e Vanderleia



(futebol).

Apoio

No encontro em Brasília, a CBDS aproveitou para solicitar parceria ao Ministério da Cidadania para dois eventos. Em novembro de 2023, as Arenas Cariocas 1 e 2, no Parque Olímpico da Barra, vão receber o 5º Campeonato Mundial de Futsal. Já em janeiro de 2024, a entidade pretende realizar a primeira edição dos Jogos Mundiais de Jovens Surdos no Brasil.

MEDALHAS BRASILEIRAS NA HISTÓRIA DAS SURDOLIMPÍADAS DE VERÃO

2009 em Taipei (Taiwan) - Uma medalha

Bronze

Alexandre Fernandes, no judô (-81kg)

2013 em Sofia (Bulgária) - Quatro medalhas

Prata

Guilherme Maia, na natação (100m livre)

Bronze

Heron Rodrigues, no caratê (-84kg)

Guilherme Maia, na natação (200m livre e 200m borboleta)

2017 em Samsun (Turquia) - Cinco medalhas

Ouro

Guilherme Maia, na natação (200m livre)

Bronze

Futebol feminino

Alexandre Fernandes, no judô (-90kg)

Heron Rodrigues, no caratê (-84kg)

Guilherme Maia, na natação (100m livre)

2022 em Caxias do Sul (RS), no Brasil - Seis medalhas

Bronze

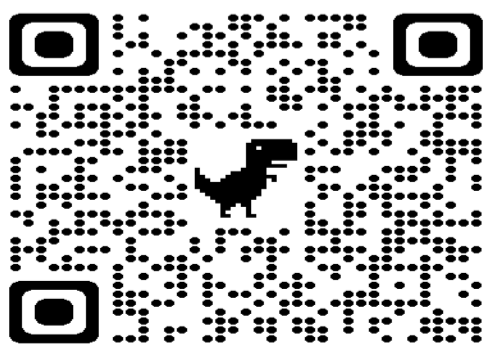
Rômulo Crispim, no judô (-66kg)

Alexandre Fernandes, no judô (-81kg)

Guilherme Maia, na natação (100m livre e 200m livre)

Futebol feminino

Handebol feminino



Programa Primeira Infância na Escola do MEC já alcançou mais de 1,8 mil adesões

Trata-se de um programa focado na melhoria da qualidade da educação infantil

O Ministério da Educação lançou no dia 17 de maio um programa voltado para a educação de crianças de zero a cinco anos de idade por meio da Portaria n 357 de 17 de Maio de 2022. O Primeira Infância na Escola tem como objetivo promover iniciativas que elevem a qualidade da educação infantil e potencializem o desenvolvimento integral das crianças. O Programa já conta com mais de 1,8 mil adesões.

As ações serão implementadas por meio da colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O Programa está organizado nos seguintes eixos: I - avaliação e monitoramento da implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil; II - gestão, liderança e fortalecimento institucional; e III - currículo e práticas pedagógicas.

A adesão ao Programa é voluntária e deve ser realizada mediante assinatura de termo, pelo secretário de educação do ente federado, disponibilizado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – Simec.

O prazo para adesão das Secretarias de Educação é de 17 de maio a 29 de julho. Nesse momento, as Secretarias de



Educação interessadas em aderir devem assinar o termo e indicar a equipe responsável pela coordenação local do Programa. A partir da segunda quinzena de junho, o MEC disponibilizará a lista de escolas elegíveis para recebimento do recurso financeiro, conforme artigo 15 da Portaria de instituição do Programa.

No termo de compromisso, a Secretaria de Educação deverá comprometer-se a dar publicidade aos recursos recebidos e às atividades fomentadas em parceria com o Governo Federal, fazendo menção explícita ao Programa, em quaisquer materiais distribuídos ou divulgados.

A Secretaria de Educação Básica fornecerá apoio técnico e financeiro a fim de avaliar, monitorar e qualificar as oportunidades de aprendizagem para municípios e escolas de educação infantil.

Para mais informações, entre em contato por meio do endereço eletrônico primeirainfancia@mec.gov.br.

Lançado Painel de BI do Revalida

Ferramenta apresenta dados em mapas, gráficos e relatórios interativos. Objetivo é servir de base de informações para

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) lançou, na última sexta-feira, 27 de maio, o Painel de Business Intelligence (BI) do Revalida. A ferramenta apresenta dados do exame desde a primeira edição, por meio de mapas, gráficos e relatórios interativos, que revelam dados de inscrição, participação e aprovação no exame, além de características relacionadas aos participantes, como país de nacionalidade e nome das instituições de ensino de origem do diploma. A nova plataforma já está disponível no portal do Inep para consulta.

Durante o lançamento do painel, o presidente do Inep, Danilo Dupas, ressaltou que a iniciativa faz parte das ações de fortalecimento da transparência ativa do Instituto, por meio da disponibilização de informações dos exames e avaliações realizados pela Autarquia. “O objetivo do Painel Revalida é servir de base de informações para os nossos stakeholders, gestores de instituições de educação superior, pesquisadores, organizações da sociedade civil e imprensa”, explicou.

Dupas também agradeceu ao ministro da Educação, Victor Godoy, pelo apoio nas ações do Instituto, ao diretor de Avaliação da Educação Superior (Daes), Álvaro Parisi, e a toda a equipe de servidores e colaboradores da diretoria, por aceitar o desafio de desenvolver o Painel Revalida. A ferramenta foi apresentada pelo coordenador-geral de Controle de Qualidade da Educação Superior da Daes, Ulysses Tavares Teixeira, que detalhou todo o



funcionamento da plataforma.

Painel – O Painel Revalida integra o Inep Data, conjunto de painéis de BI que facilita o acesso da sociedade às informações produzidas pelo Instituto. A ferramenta consolida dados coletados e resultados obtidos a partir da realização do exame.

Vale lembrar que o Revalida é um exame que avalia o indivíduo, e não instituições de educação superior. Dessa forma, os índices de aprovação mostrados no painel do Revalida oferecem transparência à política pública representada pelo exame, mas não permitem determinar a qualidade do processo formativo de instituições específicas.

O Instituto permite o uso dos dados e a reprodução total ou parcial dos painéis ou dos relatórios extraídos da plataforma, desde que a fonte seja citada. Todos os dados disponibilizados no Painel Revalida estão de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Outras informações, como idade, sexo, quanto tempo de formado em medicina antes de fazer a prova, entre outros dados que não são informados pelo painel, por serem protegidos, podem ser acessadas pelo Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap).

Sedap in loco – Com o intuito de promover e ampliar o acesso de pesquisadores à base de dados produzida e sob guarda do Inep, foram instituídos os núcleos Sedap, possibilitando acesso remoto às informações protegidas. A criação de núcleos do serviço permite o acesso, via convênio, às bases de dados protegidos pela Autarquia, no âmbito das universidades federais, institutos federais e centros federais de educação tecnológica. A iniciativa diminui os custos logísticos na execução dos projetos de pesquisa, por permitir acesso à base de dados de outros estados, além do Distrito Federal.

Ministério monitora três casos suspeitos de varíola dos macacos

Varíola dos macacos se assemelha à varíola humana – erradicada em 1980

O Ministério da Saúde informou hoje (31) que monitora três casos suspeitos de varíola dos macacos no Brasil. As notificações ocorreram em Santa Catarina, no Ceará e Rio Grande do Sul. O ministério destacou que, até o momento, não há casos confirmados da doença no país.

No Ceará, segundo a Secretaria de Saúde estadual, o caso suspeito é de um residente de Fortaleza. De acordo com o órgão, estão em andamento medidas de isolamento domiciliar e coleta de material para exames.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Saúde passou, desde ontem (30), a considerar como suspeito um caso que estava em monitoramento desde sexta-feira (27). Trata-se de um homem, de Portugal, que está em viagem a Porto Alegre. Ele procurou atendimento médico no último dia 19 e, novamente, no dia 23. O paciente disse desconhecer contato com pessoas contaminadas em Portugal.

Em Santa Catarina, o caso suspeito é de uma mulher, de 27 anos, moradora da cidade de



Dionísio Cerqueira, no Oeste do estado. A paciente, que apresentou sintomas no último dia 24, aguarda o resultado dos exames laboratoriais.

A varíola dos macacos se assemelha à varíola humana – erradicada em 1980. A doença ocorre principalmente na África Central e Ocidental. Os casos costumam aparecer nas proximidade de florestas tropicais onde há animais que carregam o vírus.

Entre 2018 e 2021, sete casos de varíola dos macacos foram relatados no Reino Unido, principalmente em pessoas com histórico de viagens para países endêmicos. Mas em 2022, nove casos já foram confirmados, seis deles sem relação com viagens, até o último dia 18, segundo a Agência de Segurança em Saúde do Reino Unido (UKHSA, na sigla em inglês). Outros países, como Portugal e Espanha, já confirmaram casos da doença.

Sintomas

Os sintomas iniciais da varíola dos macacos incluem febre, dor de cabeça, dores musculares, dores nas costas, linfonodos inchados (íngua), calafrios e exaustão. Lesões na pele se desenvolvem primeiramente no rosto e depois se espalham para outras partes do corpo, incluindo os genitais. As lesões na pele parecem as da catapora até formarem uma crosta, que depois cai.

De acordo com o Instituto Butantan, a varíola dos macacos pode ser transmitida pelo contato com gotículas exaladas por alguém infectado (humano ou animal), pelo contato com as lesões na pele causadas pela doença ou por materiais contaminados, como roupas e lençóis. O período de incubação da varíola dos macacos é geralmente de seis a 13 dias, mas pode variar de cinco a 21 dias. Por isso, pessoas infectadas precisam ficar isoladas e em observação por 21 dias.

SUS oferece tratamento gratuito para quem quiser parar de fumar

Em São Paulo tratamento é realizado nas unidades Básica de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece tratamento gratuito para quem quiser parar de fumar. Em São Paulo, o atendimento é feito por meio do Programa Cessação de Tabagismo, promovido pelo Ministério da Saúde, pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) e coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES).

Na capital paulista, o tratamento é realizado nas unidades Básica de Saúde (UBS) e nos centros de Atenção Psicossocial (Caps AD). Nos demais locais do país, o Ministério da Saúde recomenda buscar a unidade de saúde mais próxima.

“O tabagismo é a primeira causa de morte evitável no mundo. As ações educativas, legislativas e econômicas no Brasil vêm gerando um aumento no número de pessoas que querem parar de fumar, o que evidencia a importância de priorizar o tratamento do fumante como uma estratégia fundamental no controle do tabagismo”, disse a coordenadora do Programa Cessação de Tabagismo na rede municipal da Saúde de São Paulo, Liamar de Abreu Ferreira.



O tabagismo é uma doença provocada pela dependência física à nicotina, e causa cerca de 50 doenças diferentes, como enfisema pulmonar, câncer e doenças cardiovasculares, como infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral. No Brasil, mais de 160 mil mortes por ano são atribuídas ao tabaco, segundo dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde.

Tratamento

Na capital paulista, o tratamento para eliminar a dependência pelo cigarro ocorre em encontros semanais. São três meses de atendimento e um ano de acompanhamento. As sessões são coordenadas por profissionais de saúde.

Serão analisados a motivação do paciente em deixar de fumar, o nível de dependência física à nicotina, a existência de comorbidades psiquiátricas, e a necessidade do uso de medicamentos. São disponibilizados pelo SUS adesivos de nicotina, goma de mascar e pastilha, e cloridrato de bupropiona.

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

“Brasil, essa é a nossa praia!” realiza oficinas em Cabo Frio (RJ) e Barreirinhas (MA)

O município de Paraty (RJ) também receberá equipes do projeto ainda nesta semana para a primeira oficina do Projeto Orla

O Ministério do Turismo receberá até o dia 12 de junho inscrições para um concurso global liderado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) que vai eleger as “Melhores Vilas Turísticas” do mundo em áreas rurais. Cada país, por meio de suas autoridades máximas de turismo, poderá indicar três destinos. Assim, para definir os representantes brasileiros no concurso, o Ministério do Turismo prorrogou o prazo para envio de propostas por entidades públicas ou privadas que desejem participar da seleção.

As inscrições devem ser enviadas para o e-mail candidaturas@turismo.gov.br contendo todos os documentos solicitados na Chamada Pública, que devem ser preenchidos em inglês ou espanhol e português. Para mais informações ou esclarecimentos, o interessado pode enviar e-mail para o mesmo endereço.

Em 2021, primeiro ano da realização do concurso, a Rota do Enxaimel, situada na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, foi uma das ganhadoras. A rota é considerada a principal região para a preservação da cultura e tradições germânicas no Brasil. O percurso proporciona experiências relacionadas ao patrimônio



imigratório, produtos agrícolas e coloniais, artesanato, trilhas ecológicas e atividades esportivas. Os atrativos de destaque incluem ainda parques, museus e cervejarias.

“A escolha de um destino brasileiro na 1ª edição reforça nossa potência no turismo rural. Temos trabalhado em um conjunto de ações para desenvolver esse segmento, garantindo a geração de renda pelo turismo não só nos grandes centros como também nas pequenas cidades”, ressaltou o ministro do Turismo, Carlos Brito.

INSCRIÇÕES – Podem participar da chamada pública localidades rurais com até 15 mil habitantes, que abriguem atividades tradicionais, como agricultura, silvicultura, pecuária ou pesca, e que compartilhem valores e o estilo de vida da comunidade. As propostas podem ser encaminhadas por entidades públicas ou privadas, associações, pessoas físicas ou jurídicas, que representem as comunidades.

Assim como na primeira edição, o Ministério do Turismo levará em consideração outros três critérios para classificação dos destinos, além daqueles estabelecidos pela OMT

(consulte AQUI): 1) estar posicionado digitalmente e conseguir divulgar seus produtos turísticos; 2) possuir ações de turismo de base comunitária ou produção associada a cadeias, como a de alimentos e de artesanato; e 3) dispor de um evento tradicional com visitação turística no calendário oficial.

Para saber mais, acesse AQUI a Chamada Pública.

Segundo a OMT, as candidaturas serão avaliadas por um Conselho Consultivo externo independente composto por especialistas nas diferentes áreas com base nas nove áreas de avaliação que abrangem recursos naturais e culturais, bem como iniciativas nos três pilares da sustentabilidade (econômico, social e ambiental). O resultado do concurso será anunciado no final do ano.

Ministérios do Turismo e Meio Ambiente lançam “Cartilha RedeTrilhas”

Documento reúne critérios para avaliação de propostas de adesão à Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, fortalecendo o ecoturismo no país

Os ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, bem como o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), lançaram a Cartilha RedeTrilhas que apresenta, de forma objetiva, orientações para adesão à Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas). A iniciativa, que já conta com 6 trilhas de longo curso no país distribuídas em quase dois mil quilômetros, apoia a construção e o desenvolvimento de roteiros integrados que fortaleçam a conservação da biodiversidade e a conexão entre as mais diversas paisagens do Brasil.

O lançamento ocorreu durante o 1º Congresso Brasileiro de Trilhas, realizado em Goiânia (GO) e encerrado no último domingo (29.05). Ao longo de cinco dias, o evento reuniu cerca de 680 participantes presencialmente, além daqueles que acompanharam as discussões de forma online.

O Ministério do Turismo aproveitou o evento para prestar atendimento ao público sobre o processo de adesão à RedeTrilhas, que já conta com a participação das Trilhas Transcarioca (RJ), Caminho de Cora Coralina (GO), Sucupira



(DF), Caminhos da Serra do Mar (RJ), Transmantequeira (MG/SP/RJ) e dos Canyons (RS).

“Temos um potencial imenso e ainda inexplorado para o Turismo de Natureza. Por isso, iniciativas que lancem luz sobre o tema são sempre muito bem-vindas. O governo federal, por meio dos ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, apoiados pelo ICMBio, desenvolve uma série de ações para fortalecer o ecoturismo no nosso país, atraindo cada vez mais visitantes para a prática de um turismo mais sustentável”, destacou Carlos Brito, ministro do Turismo.

O 1º Congresso Brasileiro de Trilhas deu origem a “Carta dos Goyazes”, documento assinado pelos participantes que demanda ao governo federal ações que envolvem, por exemplo, a instituição de uma instância permanente de governança da RedeTrilhas, integrando as três esferas federativas, a sociedade civil organizada, as universidades e a iniciativa privada. Em resposta, a primeira reunião de governança convocada pelo Ministério do Meio Ambiente deve acontecer ainda nesta semana.

Também para o fortalecimento da RedeTrilhas no país, o Ministério do Turismo, em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), elabora um manual com orientações para apoiar a criação, estruturação e promoção de Trilhas de Longo Curso no Brasil. A iniciativa foi, inclusive, tema de uma oficina realizada no âmbito do 1º Congresso Brasileiro de Trilhas de Longo Curso. Saiba mais AQUI.